

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	57
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	60
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	61
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	610
Preferenciais	0
Total	610
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	1.198.922	1.243.350	1.085.718
1.01	Ativo Circulante	142.302	118.991	175.584
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	41.015	46.821	129.184
1.01.03	Contas a Receber	27.656	29.167	29.463
1.01.03.01	Clientes	27.656	29.167	29.463
1.01.07	Despesas Antecipadas	751	1.077	1.443
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	72.880	41.926	15.494
1.01.08.03	Outros	72.880	41.926	15.494
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros	58.899	38.573	13.664
1.01.08.03.02	Outros créditos	1.984	1.771	1.830
1.01.08.03.03	Partes relacionadas	11.997	1.582	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.056.620	1.124.359	910.134
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	794.103	871.338	676.140
1.02.01.03	Contas a Receber	1.804	0	0
1.02.01.03.01	Clientes	1.804	0	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	98.028	110.240	14.971
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	98.028	110.240	14.971
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	675.767	755.695	658.585
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	675.767	755.695	658.585
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	18.504	5.403	2.584
1.02.04	Intangível	262.517	253.021	233.994

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	1.198.922	1.243.350	1.085.718
2.01	Passivo Circulante	392.061	286.617	193.607
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.321	2.899	2.590
2.01.02	Fornecedores	25.614	16.977	11.965
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	25.614	16.977	11.965
2.01.03	Obrigações Fiscais	22.843	24.126	21.890
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	20.714	22.016	20.152
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.129	2.110	1.738
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	178.826	115.366	90.666
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	46.511	0	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	46.511	0	0
2.01.04.02	Debêntures	132.315	115.366	90.666
2.01.05	Outras Obrigações	99.232	97.120	50.251
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	628	0	4.166
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	628	0	4.166
2.01.05.02	Outros	98.604	97.120	46.085
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	68.543	70.982	22.035
2.01.05.02.05	Credor pela concessão	27.061	24.850	23.192
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	3.000	1.288	858
2.01.06	Provisões	62.225	30.129	16.245
2.01.06.02	Outras Provisões	62.225	30.129	16.245
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	62.225	30.129	16.245
2.02	Passivo Não Circulante	437.064	583.364	680.806
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	384.956	494.834	579.654
2.02.01.02	Debêntures	384.956	494.834	579.654
2.02.02	Outras Obrigações	10.724	33.054	49.573
2.02.02.02	Outros	10.724	33.054	49.573
2.02.02.02.03	Credor pela concessão	10.724	33.054	49.573

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.02.04	Provisões	41.384	55.476	51.579
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.821	1.511	895
2.02.04.02	Outras Provisões	32.563	53.965	50.684
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	32.563	53.965	50.684
2.03	Patrimônio Líquido	369.797	373.369	211.305
2.03.01	Capital Social Realizado	71.000	71.000	71.000
2.03.02	Reservas de Capital	97.835	97.835	0
2.03.04	Reservas de Lucros	200.962	204.534	140.305
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	200.962	204.534	140.305

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	471.451	467.447	422.696
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-190.327	-185.885	-152.314
3.03	Resultado Bruto	281.124	281.562	270.382
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-22.983	-15.357	-16.772
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-23.286	-15.421	-16.921
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	303	64	149
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	258.141	266.205	253.610
3.06	Resultado Financeiro	4.873	3.523	930
3.06.01	Receitas Financeiras	163.249	167.923	132.875
3.06.02	Despesas Financeiras	-158.376	-164.400	-131.945
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	263.014	269.728	254.540
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-89.733	-91.684	-86.400
3.08.01	Corrente	-77.521	-89.802	-85.683
3.08.02	Diferido	-12.212	-1.882	-717
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	173.281	178.044	168.140
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	173.281	178.044	168.140
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	284,06721	291,87541	275,64

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	173.281	178.044	168.140
4.03	Resultado Abrangente do Período	173.281	178.044	168.140

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	232.631	239.404	249.941
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	276.982	259.627	270.848
6.01.01.01	Lucro Líquido do período	173.281	178.044	168.140
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.212	1.882	717
6.01.01.03	Amortização do intangível	43.370	37.384	33.056
6.01.01.04	Juros sobre Empréstimos e Financ. Debentures	87.652	109.285	92.559
6.01.01.05	Juros sobre Debentures Partes relacionadas	-98.117	-97.110	-73.147
6.01.01.06	Provisão de Riscos Cíveis, Tributários. e Trabalhistas	12.517	635	396
6.01.01.07	Provisão para Manutenção	41.816	33.644	44.675
6.01.01.08	Resultado de instrumentos financeiros não realizados	-2.259	-13.181	-3.166
6.01.01.09	Variação monetária com credores pela concessão	5.435	8.866	7.509
6.01.01.10	Baixa do intangível	119	178	109
6.01.01.11	Provisão para devedores duvidosos	956	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-13.229	-3.744	-2.415
6.01.02.01	Clientes e contas a receber poder concedente	-1.249	296	-3.970
6.01.02.02	Despesas antecipadas e outros ativos	113	-1.157	-465
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-18.148	-2.819	-363
6.01.02.04	Fornecedores e prestadores de serviços e partes relacionadas	15.772	-3.032	6.136
6.01.02.05	Obrigações Sociais e Trabalhistas	422	309	291
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	-1.283	2.236	-4.128
6.01.02.07	Outras Contas a Pagar	1.718	442	140
6.01.02.08	Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas - utilização	-160	-19	-56
6.01.02.09	Partes relacionadas	-10.414	0	0
6.01.03	Outros	-31.122	-16.479	-18.492
6.01.03.01	Provisão para Manutenção - utilização	-31.122	-16.479	-18.492
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-59.492	-52.027	-20.029
6.02.01	Aquisição de Ativo Intangível	-59.492	-52.027	-20.029
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-178.945	-269.740	-255.131

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.03.04	Debêntures - Pagamento de principal	-128.455	-99.513	-43.631
6.03.05	Pagamento de juros de debêntures	-60.986	-65.286	-61.628
6.03.06	Distribuição de Dividendos	-1.248	-64.868	-108.968
6.03.07	Pagamento de Outorga Fixa	-25.560	-23.739	-22.416
6.03.08	Liquidação de Instrumentos Financeiros	-7.649	-16.334	-18.488
6.03.09	Empréstimos e Financiamentos - Captação	44.953	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-5.806	-82.363	-25.219
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	46.821	129.184	154.403
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	41.015	46.821	129.184

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	71.000	97.835	204.534	0	0	373.369
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	71.000	97.835	204.534	0	0	373.369
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-133.533	-43.320	0	-176.853
5.04.08	Distribuição de dividendos (R\$218,91 por ação)	0	0	-133.533	0	0	-133.533
5.04.09	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-43.320	0	-43.320
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	173.281	0	173.281
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	173.281	0	173.281
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	129.961	-129.961	0	0
5.06.04	Transferência para lucros retidos	0	0	129.961	-129.961	0	0
5.07	Saldos Finais	71.000	97.835	200.962	0	0	369.797

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	71.000	0	140.305	0	0	211.305
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	71.000	0	140.305	0	0	211.305
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-69.304	-44.511	0	-113.815
5.04.06	Dividendos	0	0	-69.304	0	0	-69.304
5.04.08	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-44.511	0	-44.511
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	178.044	0	178.044
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	178.044	0	178.044
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	97.835	133.533	-133.533	0	97.835
5.06.01	Constituição de Reservas	0	97.835	0	0	0	0
5.06.04	Transferência para lucros retidos	0	0	133.533	-133.533	0	0
5.07	SalDOS Finais	71.000	97.835	204.534	0	0	373.369

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	71.000	0	103.168	0	0	174.168
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	71.000	0	103.168	0	0	174.168
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-88.968	-42.035	0	-131.003
5.04.08	Dividendos Distribuidos (R\$145,85 por ação)	0	0	-88.968	0	0	-88.968
5.04.09	Dividendos Distribuidos (R\$32,79 por ação)	0	0	0	-20.000	0	-20.000
5.04.10	Dividendos Mínimos Obrigatórios	0	0	0	-22.035	0	-22.035
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	168.140	0	168.140
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	168.140	0	168.140
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	126.105	-126.105	0	0
5.06.04	Transferencia para Lucros Retidos	0	0	126.105	-126.105	0	0
5.07	SalDOS Finais	71.000	0	140.305	0	0	211.305

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	511.294	508.089	463.006
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	450.330	446.169	457.114
7.01.02	Outras Receitas	15.413	14.938	258
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	45.551	46.982	5.634
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-158.149	-151.305	-115.576
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-75.066	-66.963	-81.814
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-25.118	-21.580	-13.763
7.02.04	Outros	-57.965	-62.762	-19.999
7.02.04.01	Custos da Concessão	-12.414	-15.780	-14.365
7.02.04.02	Custos da Construção	-45.551	-46.982	-5.634
7.03	Valor Adicionado Bruto	353.145	356.784	347.430
7.04	Retenções	-43.370	-37.384	-33.056
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-43.370	-37.384	-33.056
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	309.775	319.400	314.374
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	163.249	167.923	132.875
7.06.02	Receitas Financeiras	163.249	167.923	132.875
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	473.024	487.323	447.249
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	473.024	487.323	447.249
7.08.01	Pessoal	17.450	14.884	13.103
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.070	11.209	10.077
7.08.01.02	Benefícios	3.544	2.853	2.287
7.08.01.03	F.G.T.S.	836	822	739
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	138.880	138.011	129.234
7.08.02.01	Federais	115.832	115.161	106.587
7.08.02.02	Estaduais	90	93	64
7.08.02.03	Municipais	22.958	22.757	22.583
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	143.413	156.384	136.772
7.08.03.01	Juros	143.164	156.239	135.630

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.08.03.03	Outras	249	145	1.142
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	173.281	178.044	168.140
7.08.04.02	Dividendos	0	0	20.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	173.281	178.044	148.140

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 2016

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

A Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. está sediada no Brasil, na Rua Marlene David dos Santos, 325, Matão, São Paulo. Constituída em 29 de abril de 1998, iniciou suas operações em 19 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997. A Sociedade obteve em 25 de fevereiro de 2013 o registro de “companhia aberta” junto à CVM.

A Sociedade tem como atividade preponderante a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Araraquara, Catanduva, São José do Rio Preto, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro, que totalizam 442 km de extensão.

AB Concessões S.A.

A Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. é uma controlada (100%) da AB Concessões S.A., uma holding que nasceu da união dos ativos no Brasil do grupo italiano Atlantia, um dos maiores em concessões rodoviárias do mundo, e do grupo brasileiro Bertin, em 29 de junho de 2012.

A AB Concessões tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades como acionista ou quotista, cujo objeto social seja a exploração de rodovias por meio de concessões públicas ou por meio de outras modalidades de investimento, como a subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários emitidos por sociedades direta ou indiretamente atuantes no setor de concessões rodoviárias.

A AB Concessões é responsável pelas concessionárias paulistas Triângulo do Sol (100%), Rodovias das Colinas (100%) e, no Estado de Minas Gerais, pela Nascentes das Gerais (100%), e detém participação na Rodovias do Tietê (50%), atuando na administração de mais de 1.500 km de rodovia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1. Destaques do ano de 2016

A receita com arrecadação de pedágio da Companhia em 2016 foi de R\$ 450,8 milhões, 1,0% acima do observado em 2015 (R\$ 446,2 milhões).

A Receita Líquida em 2015 foi de 420,5 milhões e, em 2016, R\$ 425,9 milhões (+1,3%).

O Tráfego da Companhia em 2016 foi de 40,0 milhões de eixos equivalentes, ante 42,2 milhões em 2015(-5,0%).

O EBITDA Ajustado em 2016 foi de R\$ 338,5 milhões, contra 340,7 milhões em 2015 (-0,6%).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. Desempenho Operacional

O aumento no número de veículos que transitaram pelas rodovias da Companhia foi de 3,1% em 2016.

No ano de 2016, o tráfego da Companhia foi de 40,0 milhões de eixos equivalentes (-5,0%).

O cenário de recessão econômica e de incertezas na esfera política do país exerce impacto direto sobre os diversos setores da economia, com consequentes reflexos no volume de tráfego, principalmente de veículos pesados, cujo desempenho está diretamente ligado ao nível de atividade econômica.

Além do cenário de recessão econômica, o tráfego de veículos leves é impactado por outros fatores, tais como o nível de emprego e a renda média real do trabalhador. Segundo dados da Pnad Contínua (IBGE), a taxa média de desemprego no país foi de 11,5% em 2016 e a renda média real do trabalhador decresceu 2,3% em relação ao ano de 2015.

O tráfego da Companhia tem sua maior concentração na rodovia SP 310 (Washington Luís), que representa aproximadamente 62% do volume de tráfego total, em eixos equivalentes. O corredor da Rodovia SP 310 é uma importante via de ligação entre as regiões noroeste do Estado de São Paulo e Centro Oeste do Brasil, grandes produtoras de commodities do agronegócio, e a região metropolitana da cidade de São Paulo e o Porto de Santos.

A tarifa média por eixo equivalente da Companhia apresentou crescimento de 6,4% em relação ao ano de 2015, em linha com o reajuste aplicado às tarifas em julho de 2016.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**3. Desempenho Econômico-Financeiro**

	2016	AV%	2015	AV%	Var R\$	Var %
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	471.451	100,0%	467.447	100,0%	4.004	0,9%
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(190.327)	-40,4%	(185.885)	-39,8%	(4.442)	2,4%
LUCRO BRUTO	281.124	59,6%	281.562	60,2%	(438)	-0,2%
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS						
Gerais e administrativas	(23.286)	-4,9%	(15.421)	-3,3%	(7.865)	51,0%
Outras receitas operacionais, líquidas	303	0,1%	064	0,0%	239	373,4%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	258.141	54,8%	266.205	56,9%	(8.064)	-3,0%
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas Financeiras	163.249	34,6%	167.923	35,9%	(4.674)	-2,8%
Despesas Financeiras	(158.376)	-33,6%	(164.400)	-35,2%	6.024	-3,7%
	4.873	1,0%	3.523	0,8%		
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	263.014	55,8%	269.728	57,7%	(6.714)	-2,5%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE	(77.521)	-16,4%	(89.802)	-19,2%	12.281	-13,7%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - DIFERIDO	(12.212)	-2,6%	(1.882)	-0,4%	(10.330)	548,9%
LUCRO DO EXERCÍCIO	173.281	36,8%	178.044	38,1%	(4.763)	-2,7%

Receita Líquida

A receita líquida (excluindo receita de construção) da Companhia passou de R\$ 420.465 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 425.900 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. Esta variação resultou principalmente da combinação de dois fatores: i) reajuste do valor da Base Tarifária Quilométrica para os lotes integrantes da 1ª fase do Programa Estadual de Concessão de Rodovias, com percentual de 9,32%, baseado na evolução do IPCA entre junho/2015 e maio/2016, para vigorar a partir de 01 de julho de 2016; ii) em 2016, o tráfego em eixos equivalentes foi de 40,0 milhões de eixos equivalentes, volume 5,0% abaixo do tráfego registrado no ano de 2015 (42,2 milhões de eixos equivalentes). O cenário de recessão econômica e de incertezas na esfera política do país exercem impacto direto sobre diversos setores da economia, com consequentes reflexos no volume de tráfego, principalmente de veículos pesados, cujo desempenho está diretamente ligado ao nível de atividade econômica.

A tabela abaixo apresenta a composição da receita líquida (em milhares de reais) e sua variação:

	2016	AV%	2015	AV%	Var R\$	Var %
Receita com Arrecadação de Pedágio	450.789	105,8%	446.169	106,1%	4.620	1,0%
Outras Receitas	15.947	3,7%	14.695	3,5%	1.252	8,5%
Receita de Construção	45.551	10,7%	46.982	11,2%	(1.431)	-3,0%
Imposto sobre a Receita e outras deduções	(40.836)	-9,6%	(40.399)	-9,6%	(437)	1,1%
Receita Líquida	471.451	110,7%	467.447	111,2%	4.004	0,9%
Receita Líquida (ex Construção)	425.900	100%	420.465	100,0%	5.435	1,3%

Custos dos Serviços Prestados e Despesas Gerais e Administrativas

Os Custos dos serviços prestados passaram de R\$ 185.885 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 190.327 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As Despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 15.421 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 23.286 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

	2016	AV%	2015	AV%	Var R\$	Var %
Serviços de terceiros - conservação, manutenção e operação da rodovia	(54.109)	25,4%	(59.654)	29,6%	5.545	-9,3%
Despesas de amortização	(43.370)	20,3%	(37.384)	18,6%	(5.986)	16,0%
Despesas com a exploração da concessão (custo variável outorga)	(6.980)	3,3%	(6.913)	3,4%	(67)	1,0%
Despesas com prestadores de serviços	(13.413)	6,3%	(12.522)	6,2%	(891)	7,1%
Despesas com funcionários	(19.500)	9,1%	(17.613)	8,8%	(1.887)	10,7%
Despesas com materiais e equipamentos	(9.733)	4,6%	(9.187)	4,6%	(546)	5,9%
Custos com construção (*)	(45.551)	21,4%	(46.982)	23,3%	1.431	-3,0%
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(956)	0,4%	-	0,0%	(956)	n/a
Venda de imobilizado/sucata	256	-0,1%	242	-0,1%	14	5,8%
Outras despesas	(19.954)	9,4%	(11.229)	5,6%	(8.725)	77,7%
	(213.310)	100,0%	(201.242)	100,0%	(12.068)	6,0%
Classificadas como:						
Custo dos serviços prestados	(190.327)	89,2%	(185.885)	92,4%	(4.442)	2,4%
Gerais e administrativas	(23.286)	10,9%	(15.421)	7,7%	(7.865)	51,0%
Outras receitas operacionais, líquidas	303	-0,1%	64	0,0%	239	373,4%
Total	(213.310)	100,0%	(201.242)	100,0%	(12.068)	6,0%

O quadro abaixo detalha as principais variações dos custos e despesas operacionais

Custos inerentes à Operação	2016	2015	Variação %
Funcionários	(19.500)	(17.613)	10,7%
Materiais e equipamentos	(9.733)	(9.187)	5,9%
Exploração da Concessão	(6.980)	(6.913)	1,0%
Prestadores de serviços	(13.413)	(12.522)	7,1%
Outras despesas	(19.954)	(11.229)	77,7%
Outras receitas operacionais	256	242	5,8%
Sub Total	(69.324)	(57.222)	21,1%
Depreciação e Amortização	(43.370)	(37.384)	16,0%
Sub Total	(112.694)	(94.606)	19,1%
Despesas relacionadas a ampliações e manutenção			
Conserva, Manutenção e Operação da Rodovia	(17.082)	(22.509)	-24,1%
Provisão para Manutenção	(37.027)	(37.145)	-0,3%
Despesas com Construção	(45.551)	(46.982)	-3,0%
Sub total	(99.660)	(106.636)	-6,5%
Total Custos e Despesas Operacionais	(212.354)	(201.242)	5,5%

Em relação às despesas inerentes à operação, as principais variações foram:

- **Funcionários**

Reajuste salarial negociado junto ao sindicato da categoria

Reajustes nos valores dos benefícios oferecidos aos funcionários

- **Materiais e Equipamentos**

A empresa adotou a estratégia de internalização das atividades relacionadas à conserva de rotina da rodovia. Como consequência, houve aumento nos gastos com materiais e equipamentos

- **Prestadores de Serviços**

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Aumento nos gastos com contratação de serviços de consultoria

Aumento em linha com reajuste inflacionário atrelado aos contratos de terceiros

- Outras Despesas

Aumento das perdas de arrecadação decorrentes de evasão de pedágio

- Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A partir do 4T16, foi adotada a prática contábil de constituição de provisões adicionais para eventuais passivos aplicados pelo poder concedente que ainda encontram-se em julgamento

EBITDA Ajustado

	2016	2015	V.H.
Receitas Líquida	471.451	467.447	0,9%
(-) Receita de Construção	(45.551)	(46.982)	-3,0%
Receita Líquida (ex Receita de Construção)	425.900	420.465	1,3%
Custos Operacionais	(213.310)	(201.242)	6,0%
(-) Custos de Construção	45.551	46.982	-3,0%
Custos Operacionais (ex Custos de Construção)	(167.759)	(154.260)	8,8%
EBIT	258.141	266.205	-3,0%
Depreciação e Amortização	43.370	37.384	16,0%
EBITDA	301.511	303.589	-0,7%
Provisão Manutenção	37.027	37.145	-0,3%
EBITDA Ajustado	338.538	340.734	-0,6%
Margem EBITDA Ajustada	79,5%	81,0%	-1,9%

O EBITDA ajustado¹ da Companhia – métrica utilizada para melhor refletir a geração de caixa, pois exclui efeitos contábeis da provisão para manutenção futura – foi de R\$338,5 milhões em 2016 (-0,6%).

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro da Companhia foi de R\$ 4,8 milhões em 2016 (38,3%). Os principais fatores que impactaram a variação entre os períodos foram a receita e a despesa com operações de instrumentos financeiros.

Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social passou de R\$ 269,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 263,0 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 (-2,5%).

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Contribuição Social e o Imposto de Renda passaram de R\$ 91,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 89,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 (-2,1%).

Lucro Líquido do Exercício

¹ O EBITDA Ajustado é calculado a partir do EBITDA, excluindo provisão para manutenção de rodovias. A Administração da Companhia entende que o EBITDA Ajustado é um indicador mais adequado para análise do desempenho econômico operacional da Companhia, já que exclui as alterações contábeis sem efeito caixa que podem afetar pontualmente os resultados. A Margem EBITDA ajustada é a divisão entre o EBITDA ajustado e a Receita Líquida (excluindo a receita de construção).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Lucro Líquido do Exercício passou de R\$ 178,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 173,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 (-2,7%).

Dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 12 de abril de 2016, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais de R\$133.533 referente ao saldo remanescente da rubrica de Lucros retidos apurados em 2015. Esta mesma Assembleia aprovou a compensação destes dividendos adicionais e mais R\$44.511 de dividendos a pagar, com o saldo de debêntures a receber da controladora.

Investimentos

Em 2016, foram investidos aproximadamente 77 milhões de reais nas rodovias da concessionária.

O principal investimento foi a conclusão da duplicação do km 313 ao km 330 da Rodovia SP-326, contemplando três dispositivos relativos às obras de duplicação. Além das ampliações principais, obras de arte foram recapeadas e recuperadas, de acordo com o plano de conservação das rodovias sob gestão.

Dívida

A Companhia possui saldo de dívida líquida no valor de R\$ 522,8 milhões em dezembro de 2016, como resultado da 2ª emissão de debêntures e captação de Cédula de Crédito Bancário.

Endividamento (R\$ Mil)	31/12/2015	31/12/2016	V.H.
2ª emissão (primeira série)	271.124	217.300	-19,9%
2ª emissão (segunda série)	352.833	309.503	-12,3%
Empréstimos e Financiamentos	-	46.511	n/a
Custos de Transação	(13.757)	(9.532)	-30,7%
Dívida Bruta	610.200	563.782	-7,6%
Caixa	46.821	41.015	-12,4%
Dívida Líquida	563.379	522.767	-7,2%

No ano de 2016, a Companhia realizou o pagamento no valor total de R\$ 189,4 milhões referentes a remuneração (juros) da 2ª emissão de debêntures.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Derivativos**

A Companhia contratou, em junho de 2013, operações de swap para a troca de taxa da variação do IPCA mais 5,40% ao ano (2ª série da 2ª Emissão de Debêntures) por variação do CDI mais 0,73% em média ao ano.

<u>Descrição</u>	<u>Data de início dos contratos</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Posição (valor de referência)</u>	<u>Valor de referência (nacional)</u>	<u>Valor justo ("fair value") 31.12.16</u>	<u>Valor justo ("fair value") 31.12.15</u>	<u>Efeito acumulado Valor a receber (pagar)</u>
Contratos ponta ativa							
<i>Taxa pós</i>							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	15/04/2020	IPCA + 5,40%	50.000	41.750	47.520	(5.770)
Banco Itau S.A.	12/06/2013	15/04/2020	IPCA + 5,40%	260.000	217.099	247.103	(30.004)
Banco BTG Pactual	12/06/2013	15/04/2020	IPCA + 5,40%	<u>64.741</u>	<u>54.059</u>	<u>61.530</u>	<u>(7.471)</u>
Total				374.741	312.908	356.153	(43.245)
Contrato Ponta Passiva							
<i>Taxa pós</i>							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	15/04/2020	CDI + 0,740%	50.000	33.902	42.389	(8.487)
Banco Itau S.A.	12/06/2013	15/04/2020	CDI + 0,716%	260.000	176.203	220.296	(44.093)
Banco BTG Pactual	12/06/2013	15/04/2020	CDI + 0,747%	<u>64.741</u>	<u>43.904</u>	<u>54.895</u>	<u>(10.991)</u>
Total				374.741	254.009	317.580	(63.571)
Instrumentos financeiros, líquido							20.326
Instrumentos financeiros a realizar							58.899
Ajuste de valor justo das debêntures (item protegido)							(10.418)
Pagamento de instrumento financeiro							(7.649)
Efeito no resultado do exercício – receita financeira							2.259

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. Governança Corporativa

Em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa aplicadas no mercado, bem como recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, destacamos as principais práticas adotadas atualmente pela Companhia:

Conselho de Administração

- Formado por membros com experiência em finanças, operações rodoviárias e engenharia para conduzir os temas referentes aos aspectos contábeis, financeiros e operacionais do negócio;
- Formado por membros distintos da diretoria da Companhia, indicados pelos acionistas;
- Com regimento referente a periodicidade de reuniões;
- Com o cargo de presidente do Conselho ocupado por pessoa distinta da Direção do Negócio.

Auditoria e Demonstrações Financeiras

- Completa independência dos auditores no intuito de se evitar conflito de interesses;
- Adoção dos princípios de contabilidade conforme normas internacionais e as vigentes no Brasil;
- Apreciação das recomendações dos auditores pelos membros do Conselho de Administração e demais executivos da organização para fins de adoção das melhorias propostas.

Relacionamento com Investidores

A Companhia mantém um relacionamento aberto, transparente e sistemático com o mercado de capitais, incluindo potenciais investidores e bancos de investimentos. Os principais canais de comunicação e ações da área de R.I. são:

- Existência de website da área de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente das informações e resultados da empresa;
- Divulgação de forma tempestiva das informações trimestrais, e anuais do negócio;
- Utilização de práticas financeiras reconhecidas para divulgação de resultados e para a tomada de decisões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5. Responsabilidade Socioambiental



Seguindo um sistema de gestão que maximiza o conceito de responsabilidade social, a AB Concessões investe constantemente em ações que valorizam a comunidade e o meio ambiente. A atuação do Grupo reconhece seu papel como protagonista ao colaborar com o desenvolvimento socioeconômico das comunidades por onde passam suas rodovias, com a segurança e a condução segura dos veículos e com a redução dos impactos ambientais de suas operações.

Para tanto, o investimento social privado do Grupo é direcionado, especialmente, a programas que valorizam a integridade, a segurança nas vias, e o bem-estar dos usuários e da comunidade de forma eficaz. Assim, efetiva um trabalho de inteligência, no qual é produzido um estudo detalhado das ocorrências no perímetro da malha viária concedida e que tem servido de base para a elaboração de projetos focados na redução de acidentes. A pesquisa aponta os principais pontos críticos nas vias. Com base nesses dados, uma equipe de profissionais altamente qualificados identifica as prováveis causas, e elabora a estratégia a ser aplicada a fim de evitar novos acidentes.

Além das melhorias em estrutura viária e operacionais, a AB Triângulo do Sol também realiza diversas campanhas educativas e preventivas para os usuários e moradores de cidades próximas das rodovias, por meio do Plano de Redução de Acidentes (PRA), um programa que visa promover a educação no trânsito para os mais diversos públicos como caminhoneiro, ciclista, motociclista, pedestre, alunos dos ensinos fundamental e médio, motoristas e comunidade. O foco é promover a cidadania e diminuir acidentes por meio da conscientização.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6. Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2016:

- Auditoria: Auditoria completa das demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras e revisão completa da reconciliação do resultado e patrimônio líquido para as normas internacionais de contabilidade (IFRS).
- Revisão especial das ITRs. Relatório de recomendações sobre a melhoria de procedimentos contábeis e de controles internos.

No exercício social encerrado em 2016 a remuneração bruta auditores independentes totalizou o valor de R\$ 185.518.

7. Declaração da Diretoria

De acordo com artigo 25 da instrução CVM nº480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com o conteúdo e opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, e com as respectivas Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2016 da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas Explicativas

TRIÂNGULO DO SOL AUTO-ESTRADAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. ("Sociedade"), sediada em Matão, Estado de São Paulo, foi constituída em 29 de abril de 1998 e iniciou suas operações em 19 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem – D.E.R., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997. A Sociedade obteve, em 25 de fevereiro de 2013, o registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A Sociedade é uma controlada da AB Concessões S.A. ("Grupo").

A Sociedade tem como atividade preponderante a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Catanduva, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro. No contrato firmado com o D.E.R., compete à Sociedade a execução e gestão dos serviços delegados, do apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo inicial predeterminado de 20 anos.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 16, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido por meio da prorrogação do prazo de concessão por mais 37 meses sem alteração do valor do ônus fixo, bem como do prazo de pagamento original. Dessa maneira, o período de exploração da concessão será até 18 de julho de 2021.

As tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M ocorrida até 31 de maio de cada ano. Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o TAM nº 22, de 15 de dezembro de 2011, que definiu a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantida a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicaria a revisão contratual em base anual, com o Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderia determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, por meio de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM passariam a vigorar a partir de 1º de julho de 2013. Entretanto, por Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP de 27 de junho de 2013, a ARTESP autorizou o reajuste das tarifas de pedágio a partir de 1º de julho de 2013 mantendo como índice o IGP-M, conforme previsto nos termos originais do contrato de concessão.

Notas Explicativas

Contudo, conforme determinação do governador do Estado de São Paulo, o reajuste das tarifas não foi repassado aos usuários em 1º de julho de 2013, sendo o ônus dessa medida assumido pelo Estado. A compensação dos impactos dessa medida está sendo analisada pela ARTESP. Até o momento foram determinados os seguintes procedimentos de compensação: (a) redução de 50% dos pagamentos variáveis mensais efetuados (ônus variável) por prazo indeterminado; e (b) implantação da cobrança dos eixos suspensos para caminhões. A redução do ônus variável deverá ser formalizada por meio de um TAM específico, e a cobrança dos eixos suspensos para caminhões está em vigor desde a publicação da resolução do Governo do Estado de São Paulo. Outras medidas em estudo para a compensação dos impactos do não repasse do reajuste das tarifas são: (a) utilização de eventuais créditos que o Poder Concedente detenha contra a Sociedade; e (ii) se houver necessidade, utilização do pagamento dos valores fixos mensais (ônus fixo) devido.

Em 28 de junho de 2014, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2014, em 5,72%, percentual este em desacordo com o que prevê a deliberação extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP. A Sociedade desconhece a forma de cálculo utilizada para a definição do reajuste, o que evidencia a unilateralidade da medida e irá negociar o reajuste correto com a ARTESP para assegurar seus direitos contratuais. Em 27 de junho de 2015, por meio de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2015, em 4,11%. Em 26 de junho de 2015, foi celebrado entre a Sociedade e a ARTESP o Termo de Rerratificação ao TAM nº 22/11, o qual estabelece que a partir de 1º de julho de 2015, para fins de reajuste da base tarifária quilométrica anual, será utilizado o índice de menor variação percentual apurado entre o IGP-M e o IPCA, preservado à Sociedade o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada por meio de aumento do prazo da concessão, a ser formalizado por aditivo contratual.

Em 30 de junho de 2016, por meio de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio em 9,32%, sendo aplicável a partir de 1º de julho de 2016.

Pela exploração do sistema rodoviário, a Sociedade assumiu o compromisso de pagar:

- Valor fixo a ser liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em junho de 1998. Esse valor tem sido reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento é efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês. Essa obrigação está registrada na rubrica "Credor pela concessão" e foi ajustada a valor presente a partir do início da concessão à taxa de juros de 6% ao ano, definida pela Administração com base na taxa de captação de recursos obtidos de terceiros naquela data. A contrapartida do ajuste a valor presente foi lançada na rubrica "Direito de exploração", classificada no ativo intangível.
- Valor variável correspondente a 1,5% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

Adicionalmente, a Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

Obras

Na SP-326 – Rodovia Brigadeiro Faria Lima

- Implantação da segunda pista no trecho compreendido entre o km 293 e o km 378,85.

Nessa rodovia foi implantada a segunda pista do km 313,25 ao km 330,5, tendo como parâmetro o nível de Veículo Diário Médio – VDM estipulado no edital de concessão, cujas obras se iniciaram no final de 2014 e foram concluídas em 2016.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

A Sociedade estima, em 31 de dezembro de 2016, a valores atuais, os montantes aproximados de R\$52.607, referente ao investimento em infraestrutura, e R\$139.923, referente a gastos para recuperações e manutenções para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. As intervenções para recuperação e manutenção do sistema rodoviário ocorrem, em média, a cada quatro anos, tendo a intervenção atual sido iniciada em janeiro de 2014. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

As estimativas de investimentos são registradas mediante laudo contratado com peritos independentes e são segregadas levando-se em consideração os investimentos que geram potencial de receita adicional – registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente. Em 31 de dezembro de 2016, não há previsão de investimentos a serem realizados considerando tais critérios.

A Sociedade, independentemente da manutenção e da conservação necessárias para manter nível adequado de serviços durante o período de concessão, deverá devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por cinco anos para as estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequentemente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

Com a finalidade de atender às obrigações de conservação do pavimento do contrato de concessão, a Administração revisou, em dezembro de 2014, o plano de investimento da Sociedade. Os trabalhos de manutenção profunda que garantem maior durabilidade do pavimento foram antecipados a fim de garantir um melhor aproveitamento de recursos, maior benefício econômico-financeiro e operacionalidade da infraestrutura.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Sociedade ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será sem ônus ao Poder Concedente e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos.

A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado das obras e dos bens cuja construção ou aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do período da concessão, desde que realizadas para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Capital circulante negativo

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$249.759 decorrente, principalmente, do aumento do serviço da dívida, incremento na conta de fornecedores em virtude dos investimentos feitos nas rodovias e gastos com manutenção. Em 2016, a Sociedade gerou caixa oriundo de atividades operacionais que, somado ao caixa disponível, permitiu que os compromissos fossem honrados e, caso ocorra a necessidade de novos recursos para fazer frente às suas obrigações, a Sociedade poderá levantar novos financiamentos com instituições financeiras, cujas linhas estão previamente aprovadas, ou acessar o mercado de capitais. Caso os financiamentos não sejam obtidos, a Sociedade contará, ainda, com o aporte de capital de sua controladora.

Notas ExplicativasTransações societárias

Como parte do processo de simplificação da estrutura societária, resultante da combinação do grupo italiano Atlantia e do grupo brasileiro Bertin, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2015, foi aprovada a cisão total da controladora Atlantia Bertin Concessões S.A. e incorporação das parcelas cindidas pela Sociedade e demais empresas do Grupo AB Concessões. A reorganização societária já havia sido aprovada pelo Conselho Diretor da ARTESP e pelos debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 14 de julho de 2015.

O patrimônio líquido contábil da Atlantia Bertin Concessões S.A. foi avaliado por peritos independentes em 30 de abril de 2015, e, após a cisão anteriormente mencionada, a Sociedade incorporou, em 31 de julho de 2015, o acervo líquido de R\$97.835, sem aumento de capital. As 610.000 ações de titularidade da Atlantia Bertin Concessões S.A. foram extintas em razão da cisão e, simultaneamente, foram emitidas 610.000 ações que foram entregues à única acionista da Atlantia Bertin Concessões S.A., a Infra Bertin Participações S.A. Em 16 de novembro de 2015, a controladora Infra Bertin Participações S.A. alterou sua denominação social para AB Concessões S.A.

O acervo líquido absorvido pela Sociedade era representado por ativos e passivos, conforme demonstrado a seguir:

Ativos

Circulante:

Contas a receber - partes relacionadas	686
--	-----

Não circulante:

Benefício fiscal sobre concessão incorporado (*)	97.151
--	--------

Passivo e patrimônio líquido

Circulante:

Contas a pagar – partes relacionadas	(2)
--------------------------------------	-----

Acervo líquido incorporado

<u>97.835</u>

(*) Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o direito de concessão da Sociedade, o qual foi adquirido anteriormente pela Atlantia Bertin Concessões S.A., e, com a cisão e posterior incorporação pela Sociedade da parcela cindida da Atlantia Bertin Concessões S.A., a Sociedade passa a ter o direito do aproveitamento desse benefício fiscal, no montante de R\$97.151, que corresponde a 34% do valor pago na aquisição do direito de concessão, registrado na rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos". Conforme Instrução CVM nº 319/99 e respectiva nota explicativa emitida pela CVM, bem como interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, esses impostos diferidos ativos tiveram como contrapartida a rubrica "Reserva de capital" no patrimônio líquido. O benefício será realizado de forma proporcional à amortização fiscal do direito de concessão que o originou, conforme mencionado anteriormente, e durante o prazo remanescente da concessão, até julho de 2021.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

2. BASES PARA APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de mensuração, moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, e são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: projeção da curva de tráfego estimada para o período de concessão para a amortização dos ativos intangíveis, determinação de taxas de desconto a valor presente utilizada na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisão para manutenção, provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários e cronograma esperado de desembolsos e elaboração de projeções para teste de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos, os quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritos a seguir:

a) Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão conforme determinado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito a:

- (i) aplicação da interpretação do contrato de concessão; (ii) determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível; e
- (iii) avaliação dos benefícios

Notas Explicativas

econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão. O contrato de concessão recebeu o tratamento contábil de ativo intangível devido às características mencionadas na nota explicativa nº 1.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance dessa interpretação técnica, a Sociedade atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

b) Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento do ativo intangível com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorre quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação ou melhoria da infraestrutura, que apresente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas no momento da incorporação da construção.

c) Determinação de amortização anual do ativo intangível oriundo do contrato de concessão

A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

d) Determinação das receitas de construção

Quando a Sociedade presta serviços de construção deve reconhecer a receita correspondente pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma e por consequência, apurar margem de lucro. Na contabilização da receita de construção, a Administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização desses serviços, aos custos de gerenciamento e de acompanhamento da obra e uma empresa do grupo efetue os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com o pronunciamento contábil CPC 17 (R1) – Contratos de Construção. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Sociedade reconheceu, como receita de construção, os montantes de R\$45.551 e R\$46.982, respectivamente, e custo de construção nos mesmos valores.

O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra ("stage of completion"), apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados.

e) Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa de manutenção do exercício ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, calculado a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

As políticas contábeis descritas a seguir em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade são:

2.1. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: (a) ativos mantidos para negociação por meio do resultado; (b) investimentos mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros "disponíveis para venda"; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade reconhece instrumentos financeiros ativos classificados na categoria "empréstimos e recebíveis", descritos como segue:

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Os saldos desses ativos financeiros da Sociedade são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 3), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 4), depósitos judiciais, debêntures - partes relacionadas (nota explicativa nº 5) e outros ativos, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e maturação por período inferior a 90 dias da data da aquisição.

b) Contas a receber de clientes

Apresentadas pelo seu valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A Sociedade apresenta valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"). A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas históricas de perda.

c) Debêntures - partes relacionadas

Inclui principal e juros a receber até a data do balanço conforme os termos dos contratos descritos na nota explicativa nº 5.

Notas Explicativas**2.2. Ativo intangível****Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão**

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

2.3 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda. Por tratar-se de uma única concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.4. Empréstimos e financiamentos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

2.5. Instrumentos financeiros passivos**a) Classificados como dívida ou patrimônio**

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Empréstimos e financiamentos e debêntures

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

c) Credor pela concessão

Corresponde preponderantemente às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 6% ao ano, conforme critérios divulgados na nota explicativa nº 1. O montante da obrigação ajustado a valor presente, calculado na época em que as transações se originaram, foi registrado em contrapartida do ativo intangível, em que está registrado o direito de exploração. A reversão do ajuste a valor presente das contas no passivo tem como contrapartida a rubrica "Despesas financeiras", pelo transcorrer do prazo.

d) Instrumentos de "hedge"

A Sociedade designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com juros das debêntures como "hedge" de valor justo. No início da relação de "hedge", a Sociedade documenta a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de "hedge". Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Sociedade documenta se o instrumento de "hedge" usado em uma relação de "hedge" é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". A nota explicativa nº 21 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge" de valor justo.

"Hedge" de valor justo: "hedge" de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como "hedge" de valor justo são registradas no resultado com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de "hedge" atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do "hedge" é descontinuada prospectivamente quando a Sociedade cancela a relação de "hedge", o instrumento de "hedge" vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de "hedge". O ajuste ao valor justo do item objeto de "hedge", oriundo do risco de "hedge", é registrado no resultado a partir dessa data.

2.6. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Notas Explicativas

Impostos correntes

As provisões para imposto de renda e contribuição social são calculadas sobre a base tributável, com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base nos saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, bem como créditos fiscais referentes ao benefício de ativo intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados pelo período remanescente do contrato de concessão. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados sobre as diferenças temporárias originadas de ajustes a valor presente decorrentes do direito de exploração, dos riscos cíveis, trabalhistas e tributários e dos ajustes referentes a mudanças de políticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 6.

Os tributos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias, e os tributos diferidos ativos somente quando for provável que a Sociedade apresentará base tributável futura em montante suficiente para sua realização.

Os ativos e passivos fiscais diferidos podem ser compensados com obrigações tributárias caso haja o direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, desde que se relacionem a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

2.7. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários estão descritos na nota explicativa nº 14.

2.8. Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

- Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização, quando aplicável, e divididas em ciclos durante o prazo da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes, quando aplicável, é calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação de taxas calculadas pela Administração. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações são preparadas por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

2.9. Reconhecimento de receita**Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão**

É mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos, objeto da concessão, pelos usuários.

Receita de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada e nos custos incorridos. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.d).

Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e debêntures e passivo com credor pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

2.10. Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Sociedade pela média ponderada da quantidade de ações em circulação da Sociedade, durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todos os instrumentos financeiros, que potencialmente poderiam ser convertidos em ações da Companhia, e que causariam efeito de diluição.

2.11. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos", por ser considerada como uma obrigação legal. O lucro remanescente, após as destinações estipuladas em Lei, é classificado na rubrica "Reserva de lucros" e tem sua destinação decidida em Assembleia Geral Ordinária.

Notas Explicativas

2.12. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração do valor adicionado apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.13. Pronunciamentos e interpretações técnicos emitidos recentemente e ainda não aplicados pela Sociedade

Os pronunciamentos técnicos do IASB, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC, e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. A Sociedade aplicará tais pronunciamentos quando estes se tornarem obrigatórios, não sendo esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
Alterações à IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2018)	A IFRS 9 é a primeira norma emitida como parte de um processo mais amplo para substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócio da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação da IAS 39 sobre redução ao valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de "hedge" continua aplicável.
IFRS 15 – CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (em vigor para exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2017)	A IFRS 15 substituiu a IAS 18, IFRIC 13 e SIC 31 (CPC 30 (R1)), IAS 11 (CPC 17 (R1)), IFRIC 15 (ICPC 02) e IFRIC 18 (ICPC 11). A IFRS 15 especifica como e quando uma entidade irá reconhecer a receita aferida de contratos e relacionamento com clientes, bem como requer a tais entidades prover divulgações mais detalhadas e relevantes aos usuários das demonstrações financeiras. Referida norma provê, em um único documento, princípios para o reconhecimento aplicáveis a todos os tipos de receitas aferidos por contratos e/ou relacionamento com clientes.
IFRS 16 – "Leasing" (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019)	Essa norma requer um único modelo de contabilização de "lease", em que todos os contratos são reconhecidos nos balanços das arrendatárias (ativo pelo direito de uso e passivo pela obrigação financeira); dessa forma, não se faz necessária a análise das características do contrato para classificação entre financeiro e operacional.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Em decorrência do compromisso da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas e aprovadas pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. A Administração da Sociedade pretende concluir as análises até a data da aplicação obrigatória.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Caixa e bancos	3.708	3.578
Aplicações financeiras	<u>37.307</u>	<u>43.243</u>
Total	<u>41.015</u>	<u>46.821</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB, com remuneração de 100% a 102,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Pedágio eletrônico a receber (a)	25.804	26.002
ARTESP - ressarcimento (b)	1.804	-
Outros valores a receber	2.808	3.165
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(956)</u>	<u>-</u>
Total	<u>29.460</u>	<u>29.167</u>
Circulante	27.656	29.167
Não circulante	1.804	-

(a) Conforme nota explicativa nº 21.c).

(b) Refere-se a ressarcimentos de evasão de pedágio previstos no contrato de concessão que, devido às perspectivas de recebimento a longo prazo, foram classificados no ativo não circulante.

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes, a Sociedade considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período. O prazo médio de vencimento, exceto ARTESP, é de 30 dias.

5. PARTES RELACIONADAS

As transações realizadas e os saldos correspondentes estão demonstrados a seguir:

<u>Saldos patrimoniais</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
<u>Ativo circulante</u>		
Adiantamento – controladora:		
AB Concessões S.A. (b)	11.997	1.081
Adiantamento - parte relacionada:		
Soluciona Conservação Rodoviária Ltda. (c)	-	501
Total	<u>11.997</u>	<u>1.582</u>

Notas Explicativas

<u>Saldos patrimoniais</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
<u>Ativo não circulante</u>		
Debêntures - controladora:		
AB Concessões S.A. (a)	<u>675.767</u>	<u>755.695</u>
Total	<u>687.764</u>	<u>757.277</u>
<u>Passivo circulante</u>		
Dividendos a pagar:		
AB Concessões S.A	68.543	70.982
Fornecedores:		
Soluciona Conservação Rodoviária Ltda. (c)	<u>628</u>	<u>-</u>
Total	<u>69.171</u>	<u>70.982</u>
<u>Transações</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
<u>Custo dos serviços prestados</u>		
Parte relacionada:		
Soluciona Conservação Rodoviária Ltda.	9.233	6.068
<u>Despesas administrativas</u>		
Controladora:		
AB Concessões S.A.	<u>7.777</u>	<u>8.257</u>
Total	<u>17.010</u>	<u>14.325</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Controladora:		
AB Concessões S.A. (a)	<u>98.117</u>	<u>97.110</u>
Total	<u>98.117</u>	<u>97.110</u>

- (a) Debêntures: em 29 de junho de 2012, a então controladora Atlantia Bertin Concessões S.A. emitiu 1.800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor unitário de R\$500 e com vencimento original em 29 de dezembro de 2013. A Sociedade adquiriu 1.000 debêntures, remuneradas a 100% da variação acumulada das taxas do CDI, acrescidas de juros que variam de 2,8% a 3,2% ao ano, que serão pagos integralmente na data de vencimento. Essa conta a receber da controladora está vinculada à emissão, por parte da Sociedade, das debêntures privadas descritas na nota explicativa nº 8. Essas debêntures foram repactuadas em 11 de dezembro de 2013 e seu vencimento prorrogado para 28 de janeiro de 2014 e, posteriormente, para 15 de outubro de 2020. Os juros remuneratórios das debêntures foram alterados para 3,2% entre os dias 24 de abril de 2013 e 31 de janeiro de 2014, 1,35% de 1º de fevereiro de 2014 a 14 de agosto de 2017 e 1,6448% de 15 de agosto de 2017 até a data de seu vencimento. Os juros remuneratórios serão pagos integralmente na data do vencimento sendo incorporados a cada período de capitalização. Em 31 de julho de 2015, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Atlantia Bertin Concessões S.A. foi cindida e sucedida por sua então controladora, Infra Bertin Participações S.A., que posteriormente alterou sua denominação para AB Concessões S.A.

Os recursos repassados à controladora da Sociedade, por meio da aquisição das referidas debêntures, foram utilizados para a expansão do sistema de concessão do Rodoanel Leste, a ser operado por empresa do Grupo. O resgate dessas debêntures ocorrerá, primariamente, por meio do caixa gerado pela operação do Rodoanel Leste, bem como pela operação das demais empresas concessionárias de rodovias controladas pelo Grupo.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Em Assembleia dos Debenturistas ocorrida em 12 de abril de 2016, a controladora AB Concessões S.A. recomprou 226 debêntures de titularidade da Sociedade pelo valor de R\$178.044, utilizando-se de crédito decorrente da distribuição de dividendos ocorrida na mesma data. As 226 debêntures adquiridas foram posteriormente canceladas pela AB Concessões S.A.

- (b) Refere-se à prestação de serviços do centro de serviços compartilhados, relacionados à contabilidade e assessoria jurídica, entre outros. O adiantamento será quitado com a prestação de serviços nos meses subsequentes.
- (c) Refere-se a serviços de conservação e manutenção nas rodovias.

A remuneração dos principais administradores, que compreendem administrador e empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Sociedade, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, o que inclui salário, benefícios, remuneração variável e os respectivos encargos, conforme demonstrado no quadro a seguir. A Sociedade não oferece benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho, plano de previdência privada nem remuneração com base em participações societárias para os administradores e outros funcionários.

O montante destinado e reconhecido como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$1.984 (R\$2.272 em 2015), o qual faz parte da remuneração anual dos administradores aprovada pela Assembleia Geral.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Salários	1.310	1.441
Encargos	431	474
Outros benefícios	<u>242</u>	<u>357</u>
Total	<u>1.983</u>	<u>2.272</u>

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**a) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
<u>Crédito de imposto</u>		
Diferenças temporárias:		
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	8.417	1.047
Mudança de prática contábil (ICPC 01 e OCPC 05) (i)	<u>128.453</u>	<u>115.136</u>
Base de cálculo	136.870	116.183
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total dos créditos sobre diferenças temporárias	46.536	39.502
Benefício fiscal sobre concessão - incorporada (ii)	79.751	97.151
Total dos créditos	<u>126.287</u>	<u>136.653</u>

Notas Explicativas

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
<u>Débito de imposto</u>		
Diferenças temporárias:		
Ajuste a valor presente - credor pela concessão (iii)	7.778	8.033
Instrumentos financeiros	65.805	55.897
Encargos antecipados (iv)	<u>9.532</u>	<u>13.757</u>
Base de cálculo	83.115	77.687
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total dos débitos	<u>28.259</u>	<u>26.413</u>
Crédito de imposto de renda e contribuição social, líquido	<u>98.028</u>	<u>110.240</u>

- (i) O montante de R\$128.453 em 31 de dezembro de 2016 (R\$115.136 em 2015) foi gerado com base nas diferenças de critérios contábeis e fiscais e será amortizado pelo prazo remanescente de concessão.
- (ii) Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o ágio de aquisição da Sociedade, que foi pago pela antiga controladora da Sociedade, a qual posteriormente incorporada em 31 de julho de 2015, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. O ágio que originou esse benefício fiscal foi calculado sobre a rentabilidade futura da Sociedade e será realizado de forma proporcional à amortização fiscal do ágio incorporado que o originou, até julho de 2021, prazo final da concessão.
- (iii) O montante de R\$7.778 em 31 de dezembro de 2016 (R\$8.033 em 2015) foi gerado por meio do ajuste a valor presente das obrigações com o Poder Concedente.
- (iv) Referem-se às deduções de debêntures, comissões e Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, retidas na liberação das debêntures, conforme nota explicativa nº 8.

A Administração estima que a realização dos créditos de imposto de renda e contribuição social será como segue:

	<u>31/12/16</u>
Ano 2017	30.045
Ano 2018	26.858
Ano 2019	26.858
Ano 2020	26.858
Ano 2021	<u>15.668</u>
Total	<u>126.287</u>

b) Reconciliação dos impostos

O imposto de renda e a contribuição social líquidos, correntes e diferidos, são reconciliados com a alíquota de imposto, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	263.014	269.728
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social	(89.425)	(91.708)
Diferenças permanentes	<u>(308)</u>	<u>24</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(89.733)</u>	<u>(91.684)</u>
Representada por despesa de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(77.521)	(89.802)
Diferidos	<u>(12.212)</u>	<u>(1.882)</u>
Total	<u>(89.733)</u>	<u>(91.684)</u>

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

7. INTANGÍVEL

<u>Custo</u>	<u>Direito de exploração (a)</u>	<u>Intangível em rodovias (b)</u>	<u>Direito de uso de software e outros</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2014	74.375	718.384	3.083	795.842
Aquisições	-	56.588	1	56.589
Baixas	-	(312)	-	(312)
Em 31 de dezembro de 2015	74.375	774.660	3.084	852.119
Aquisições	-	52.932	53	52.985
Baixas	-	(577)	-	(577)
Em 31 de dezembro de 2016	74.375	827.015	3.137	904.527

Amortização

Em 31 de dezembro de 2014	(55.349)	(503.956)	(2.543)	(561.848)
Amortização	(2.928)	(34.286)	(170)	(37.384)
Baixas	-	134	-	134
Em 31 de dezembro de 2015	(58.277)	(538.108)	(2.713)	(599.098)
Amortização	(2.928)	(40.277)	(165)	(43.370)
Baixas	-	458	-	458
Em 31 de dezembro de 2016	(61.205)	(577.927)	(2.878)	(642.010)

Intangível líquido

Em 31 de dezembro de 2015	16.098	236.552	371	253.021
Em 31 de dezembro de 2016	13.170	249.088	259	262.517

Taxas médias anuais de amortização	4,35%	16,01%	20%	-
------------------------------------	-------	--------	-----	---

(a) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.

(b) Refere-se a investimentos efetuados nas rodovias que geram benefício econômico futuro e que retornarão ao Poder Concedente quando da extinção da concessão, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.

A Administração da Sociedade não identificou risco de não recuperação desses ativos em 31 de dezembro de 2016.

8. DEBÊNTURES

Em 25 de abril de 2012, a Sociedade efetuou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser substituída em espécie e com garantia real, em série única, em regime de garantia firme de colocação. Em 15 de fevereiro de 2013 a Sociedade efetuou a 2ª emissão de debêntures nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, em duas séries, com garantia real. A 2ª emissão foi registrada na CVM em 25 de fevereiro de 2013. As características dessas debêntures são como segue:

<u>Série</u>	<u>Quantidade emitida</u>	<u>Taxa contratual</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
2ª emissão: (a)					
1ª série	32.402	100% CDI + 2,25% a.a.	Abril/2020	217.300	271.124
2ª série (b)	36.705	IPCA + 5,4% a.a.	Abril/2020	309.503	352.833
Custo de transação				(9.532)	(13.757)
Total				517.271	610.200
Circulante				132.315	115.366
Não circulante				384.956	494.834

Notas Explicativas

(a) O valor nominal unitário de emissão foi de R\$10. As séries possuem as seguintes características:

- 1ª série: o valor nominal unitário não será atualizado e serão remuneradas com 100% da variação da taxa Depósitos Interfinanceiros - DI e juros de 2,25% ao ano. O valor nominal unitário será amortizado em 13 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando-se em abril de 2014, e os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, nos meses de abril e outubro, ocorrendo o primeiro pagamento em abril de 2013.
- 2ª série: o valor nominal unitário será atualizado pelo IPCA e serão remuneradas com juros de 5,4% ao ano incidentes sobre o saldo devedor do valor nominal. O valor nominal unitário será amortizado em sete parcelas anuais e sucessivas, iniciando-se em outubro de 2014, e os juros remuneratórios serão pagos anualmente, no mês de outubro, ocorrendo o primeiro pagamento em outubro de 2013.

(b) Essa operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo (nota explicativa nº 21).

A Sociedade poderá realizar, a partir de 15 de fevereiro de 2019, o resgate antecipado facultativo da totalidade das debêntures da 1ª e 2ª séries na data de amortização das debêntures de cada série, mediante pagamento de prêmio.

As debêntures da 2ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Sociedade não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas. A escritura completa das debêntures está disponível no "website" do agente fiduciário www.pentagonotrustee.com.br e da Sociedade.

As principais cláusulas restritivas estão mencionadas a seguir:

As debêntures são garantidas conforme demonstrado a seguir e não possuem cláusula de repactuação:

1. Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da emissora.
2. Cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos presentes e futuros, decorrentes da exploração da concessão objeto do contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1.

As debêntures da 2ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros. Entre essas cláusulas destacamos os índices a seguir a serem calculados sobre as demonstrações financeiras semestrais e anuais:

- a) Não manutenção, pela Sociedade ("Emissora"), de índice financeiro, calculado semestralmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, devidamente auditadas ou revisadas, conforme o caso, pelos auditores independentes da Emissora:

Índice financeiro obtido pela divisão de Dívida Líquida pelo "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA", que deve ser inferior a 3,5 até a data de vencimento. Para os fins de determinação desse índice são utilizadas as definições a seguir:

- (i) "Dívida Líquida": significa a soma do saldo dos empréstimos e financiamentos, incluindo todas as Debêntures em circulação no âmbito da Oferta, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras, diminuído de disponibilidades de curto prazo.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

- (ii) "EBITDA": significa o valor calculado, pelo regime de competência, ao longo dos últimos 12 meses, igual à soma das receitas líquidas deduzidas das receitas de construção – ICPC, diminuídas de: (i) custo dos serviços prestados; e (ii) despesas administrativas, gerais e demais despesas operacionais exceto financeiras, acrescidas de: (A) despesas de depreciação e amortização; (B) provisão para manutenção referente à obrigação contratual de manutenção das condições de conservação da malha rodoviária; e (C) custos de construção.
- b) Não manutenção, pela Emissora, de índice financeiro calculado semestralmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, devidamente auditadas ou revisados, conforme o caso, pelos auditores independentes da Emissora:

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD que seja superior ou igual a 1,2 até a data de vencimento. Para os fins deste índice, são utilizadas as definições a seguir:

- (i) Considera-se como ICSD, o resultado da seguinte equação:

$$\text{ICSD} = (\text{Disponibilidades} + \text{FCAO}) / \text{Dívida de Curto Prazo}$$

- (ii) "Disponibilidade" significa os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras registrados no ativo circulante.
- (iii) "FCAO" significa o Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais conforme indicado nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora dos últimos 12 meses.
- (iv) "Dívida de Curto Prazo" significa a soma do saldo dos empréstimos e financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, classificadas no passivo circulante da Emissora. Para os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora, considerar-se-ão como dívida de curto prazo as obrigações vincendas nos 12 meses subsequentes ao período de apuração do ICSD (não serão considerados os passivos relacionados a credores pela concessão).

A Administração da Sociedade monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Sociedade todas as condições restritivas e cláusulas estão adequadamente atendidas conforme a escritura das debêntures.

A reorganização societária mencionada na nota explicativa nº 1 foi aprovada pelos debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 14 de julho de 2015.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Modalidade</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>31/12/16</u>
Cédula de Crédito Bancário - CCB	Maio de 2017	100% CDI + 2,85% a.a.	46.511
Total no passivo circulante			<u>46.511</u>

Notas Explicativas

Em 13 de outubro de 2016, a Sociedade efetuou a emissão de Cédula de Crédito Bancário - CCB, com vencimento em 12 de maio de 2017. O montante total emitido foi de R\$45.000 e será remunerado pela variação de 100% do CDI mais 2,85% ao ano. A referida emissão não possui garantias e contém cláusula restritiva, prevendo antecipação do vencimento, na ocorrência de eventos que aumentem indevidamente o risco de inadimplemento das obrigações assumidas.

10. FORNECEDORES NACIONAIS

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Fornecedores de materiais	4.731	3.802
Fornecedores de serviços de engenharia	20.883	13.175
Total	<u>25.614</u>	<u>16.977</u>

11. CREDOR PELA CONCESSÃO

Refere-se ao saldo do ônus da concessão, composto pelos valores devidos ao D.E.R. - São Paulo pela exploração da concessão.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em junho de 1998. Os montantes são reajustados conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

O montante do ônus por concessão é apresentado como segue:

	<u>Valor presente</u>		<u>Valor nominal (*)</u>	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
<u>Circulante</u>				
Direito de exploração (a)	26.442	24.238	27.292	25.023
Parcela variável (b)	619	612	619	612
Total	<u>27.061</u>	<u>24.850</u>	<u>27.911</u>	<u>25.635</u>
<u>Não circulante</u>				
Direito de exploração (a)	10.724	33.054	11.534	36.592
Total	<u>10.724</u>	<u>33.054</u>	<u>11.534</u>	<u>36.592</u>

(*) Valores nominais atualizados até a data de encerramento do exercício, inseridos somente como informação adicional.

(a) Refere-se ao preço fixo da concessão do serviço público, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. O montante ajustado a valor presente foi determinado conforme segue:

- Circulante: apurado com base nas 12 parcelas a vencer no período de janeiro a dezembro de 2017. O valor dessas parcelas foi determinado tomando-se por base o último reajuste da tarifa de pedágio.
- Não circulante: atualizado com base na variação do IGP-M desde o último reajuste de pedágio até a data do balanço.

O saldo total devido em 31 de dezembro de 2016 corresponde a 17 parcelas, mensalmente pagas.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

- (b) Saldo variável correspondente a 1,5% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, pelo fato de o reajuste das tarifas de pedágio não ter sido repassado aos usuários, esse percentual foi reduzido em 50% por prazo indeterminado, devendo essa redução ser formalizada por meio de TAM específico.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foram pagos ao Poder Concedente os montantes de R\$32.533 e R\$30.584, respectivamente (R\$25.560 e R\$23.739 referentes à parcela fixa do direito de exploração e R\$6.974 e R\$6.845 referentes à parte variável, respectivamente).

As parcelas relativas ao valor nominal atualizado do direito de exploração, classificadas nos passivos circulante e não circulante, apresentam o seguinte cronograma anual de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
2016	-	25.023
2017	27.292	25.830
2018	11.534	10.762
Total	<u>38.826</u>	<u>61.615</u>

12. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão para manutenção estão ajustados a valor presente à taxa de 14,25% ao ano, a qual é revisada anualmente, e são provisionados a cada trecho de rodovia, com intervenções que ocorrem, em média, a cada quatro anos. A última intervenção iniciou-se durante em janeiro de 2014 e tem previsão de conclusão em 2018.

A movimentação do saldo da provisão para manutenção é conforme segue:

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Saldo inicial	84.094	66.929
Adição	41.816	33.644
Utilização	(31.122)	(16.479)
Saldo final	<u>94.788</u>	<u>84.094</u>
Circulante	62.225	30.129
Não circulante	32.563	53.965

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Imposto de renda	13.710	14.268
Contribuição social	4.938	5.257
Imposto Sobre Serviços - ISS	2.129	2.110
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.585	1.563
Outras	481	928
Total	<u>22.843</u>	<u>24.126</u>

Notas Explicativas**14. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS**

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas e tributários.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas prováveis que possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que sua decisão final não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado de suas operações em virtude dos depósitos judiciais referentes às provisões tributárias.

A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas e tributários, bem como dos depósitos judiciais correspondentes, é conforme segue:

	<u>31/12/15</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualização</u>	<u>Reversão</u>	<u>Utilização</u>	<u>31/12/16</u>
Riscos:						
Cíveis (a)	1.022	461	140	-	(153)	1.470
Tributários (b)	2.795	4.986	-	-	-	7.781
Trabalhistas (c)	25	720	121	(2)	(7)	857
Outras contingências (d)	-	6.091	-	-	-	6.091
Subtotal	3.842	12.258	261	(2)	(160)	16.199
(-) Depósitos judiciais (b)	(2.331)	(5.047)	-	-	-	(7.378)
Total	<u>1.511</u>	<u>7.211</u>	<u>261</u>	<u>(2)</u>	<u>(160)</u>	<u>8.821</u>
	<u>31/12/14</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualização</u>	<u>Reversão</u>	<u>Utilização</u>	<u>31/12/15</u>
Riscos:						
Cíveis (a)	859	240	12	(70)	(19)	1.022
Tributários (b)	-	2.795	-	-	-	2.795
Trabalhistas (c)	36	12	5	(28)	-	25
Subtotal	895	3.047	17	(98)	(19)	3.842
(-) Depósitos judiciais (b)	-	(2.331)	-	-	-	(2.331)
Total	<u>895</u>	<u>716</u>	<u>17</u>	<u>(98)</u>	<u>(19)</u>	<u>1.511</u>

- (a) Refere-se a indenizações por acidentes ocorridos nas rodovias e a desapropriações.
- (b) Os riscos tributários devem-se ao fato de que a Sociedade está discutindo judicialmente a legalidade do Decreto nº 8.426/15, que revogou o artigo 3º do Decreto nº 5.442/05, o qual reduzia a zero as alíquotas de PIS e COFINS incidentes sobre receitas financeiras das pessoas jurídicas sujeitas ao regime de incidência não cumulativo. A Sociedade impetrou mandado de segurança preventivo alegando que o Decreto nº 8.426/15 viola o artigo 150 da Constituição Federal e o artigo 97 do Código Tributário Nacional - CTN, já que a majoração de alíquotas de PIS e COFINS por meio de decreto não encontra amparo no texto constitucional. Os montantes apurados de impostos do exercício estão sendo depositados judicialmente até a decisão final transitada em julgado do processo, e eventual resultado adverso não resultará em impacto financeiro para a Sociedade.
- (c) Refere-se a pedidos de horas extras excedentes e adicional de insalubridade, entre outros.
- (d) Correspondem substancialmente a processos administrativos do Poder Concedente, em razão do gerenciamento dos indicadores contratuais.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis (indenizações por acidentes nas rodovias) no valor de R\$21.640 (R\$18.844 em 2015), trabalhistas (horas extras e adicional de insalubridade, entre outros) no valor de R\$15.426 (R\$15.936 em 2015) e processos administrativos (contestação de notificações aplicadas pelo Poder Concedente referente a gerenciamento de indicadores contratuais) no valor de R\$1.332 (R\$4.979 em 2015) ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível pelos seus advogados, para os quais não foi constituída provisão.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

O saldo de depósitos e bloqueios judiciais, no montante de R\$18.504 em 31 de dezembro de 2016 (R\$5.403 em 2015), classificado no ativo não circulante, refere-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto pela Administração da Sociedade. O aumento do valor de depósitos em 2016 corresponde, principalmente, a processos de natureza cível.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é de R\$71.000 e está representado por 610.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, detidas diretamente pela AB Concessões S.A.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

A reserva legal é calculada no fim de cada exercício, no montante equivalente a 5% do lucro líquido, até o valor máximo estabelecido em Lei (20% do capital social). Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não foi constituída reserva legal, pois seu saldo já atingiu o limite de 20% do capital social.

O lucro remanescente, após as destinações legais e a destinação de dividendos mínimos obrigatórios de 25%, é classificado na rubrica "Reserva de lucros". O saldo dessa reserva, que inclui o saldo de lucros remanescentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, está sendo transferido, conforme proposta da Administração, para a rubrica "Reserva de retenção de lucros retidos", no pressuposto de sua aprovação/destinação pela Assembleia Geral Ordinária. Parte desta reserva teve sua destinação aprovada pelo Conselho de Administração na nota explicativa nº 24.

O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro está assim demonstrado:

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Lucro do exercício (base para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios)	173.281	178.044
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	43.320	44.511
Dividendos propostos	43.320	44.511

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 12 de abril de 2016, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais de R\$133.533 referentes ao saldo remanescente da rubrica "Lucros retidos" apurados em 2015. Essa mesma Assembleia aprovou a compensação desses dividendos adicionais e mais R\$44.511 de dividendos a pagar, com o saldo de debêntures a receber da controladora, mencionado na nota explicativa nº 5.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2015, foi aprovada a cisão total da Atlantia Bertin Concessões S.A. e incorporação de suas parcelas cindidas pela Sociedade e demais empresas do grupo Infra Bertin Participações S.A., conforme mencionado na nota explicativa nº 1. A Infra Bertin Participações S.A., única acionista da Atlantia Bertin Concessões S.A., passou a ser a controladora direta da Sociedade. A Sociedade registrou reserva de capital de R\$97.835, como contrapartida dos saldos incorporados. Em 16 de novembro de 2015, a controladora alterou a denominação social para AB Concessões S.A.

Notas Explicativas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de fevereiro de 2015 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP em 22 de abril de 2015, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais, no montante de R\$69.304, tendo como base os lucros acumulados até 31 de dezembro de 2014, considerando, nesse valor, os dividendos adicionais aprovados em 29 de janeiro de 2015.

16. RECEITA LÍQUIDA

A receita é composta conforme abaixo:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita de arrecadação com pedágio	450.789	446.169
Receita de construção (*)	45.551	46.982
Outras receitas	15.947	14.695
Receita bruta	<u>512.287</u>	<u>507.846</u>
Deduções da receita:		
ISS	(22.957)	(22.754)
PIS	(3.185)	(3.143)
COFINS	<u>(14.694)</u>	<u>(14.502)</u>
Receita operacional líquida	<u>471.451</u>	<u>467.447</u>

(*) Vide nota explicativa nº 2.d).

17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Serviços de terceiros - conservação, manutenção e operação da rodovia	(54.109)	(59.654)
Despesas de amortização	(43.370)	(37.384)
Despesas com a exploração da concessão (custo variável da outorga)	(6.980)	(6.913)
Despesas com prestadores de serviços	(13.413)	(12.522)
Despesas com funcionários	(19.500)	(17.613)
Despesas com materiais e equipamentos	(9.733)	(9.187)
Custos com construção (*)	(45.551)	(46.982)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(956)	-
Venda de imobilizado/sucata	256	242
Outras despesas	<u>(19.954)</u>	<u>(11.229)</u>
Total	<u>(213.310)</u>	<u>(201.242)</u>
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(190.327)	(185.885)
Despesas gerais e administrativas	(23.286)	(15.421)
Outras receitas operacionais, liquidas	303	64
Total	<u>(213.310)</u>	<u>(201.242)</u>

(*) Vide nota explicativa nº 2.d).

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

18. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Receita com rendimentos de aplicação financeira e outras	9.118	14.259
Juros com partes relacionadas	98.117	97.110
Receita com operações de instrumentos financeiros	56.014	56.554
	<u>163.249</u>	<u>167.923</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Variação monetária do direito de outorga de concessão - ônus fixo	(5.434)	(5.006)
Variação do ajuste a valor presente	(2.865)	(3.859)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos	(87.652)	(109.285)
Despesa com operações de instrumentos financeiros	(53.755)	(43.373)
Outras despesas financeiras	(8.670)	(2.877)
	<u>(158.376)</u>	<u>(164.400)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>4.873</u>	<u>3.523</u>

19. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada de ações, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação:

<u>Básico e diluído</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício	173.281	178.044
Número médio ponderado de ações	610.000	610.000
Lucro por ação - básico e diluído (em R\$)	<u>284,07</u>	<u>291,88</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Sociedade não possui instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação e, portanto, o lucro por ação básico e diluído são idênticos.

20. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAInformações suplementares

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Caixa desembolsado durante os exercícios:		
Imposto de renda e contribuição social pagos	78.399	88.110
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Fornecedores de intangível	6.507	(4.562)
Compensação de debêntures a receber de partes relacionadas com dividendos distribuídos	178.044	-
Acervo líquido incorporado:		
Partes relacionadas a receber	-	(1)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(97.151)
Partes relacionadas a pagar	-	685

Notas Explicativas**21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos na rodovia, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Índice de endividamento

O índice de endividamento é o seguinte:

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Debêntures e empréstimos e financiamentos	573.314	623.957
Caixa e equivalentes de caixa	(41.015)	(46.821)
Dívida líquida	<u>532.299</u>	<u>577.136</u>
Patrimônio líquido	369.797	373.369
Índice de endividamento, líquido	1,44	1,55

A Sociedade possui índice de endividamento líquido de 1,44 (1,55 em 2015), como resultado da 2ª emissão de debêntures públicas (nota explicativa nº 8), cujos recursos foram destinados para amortização de dívidas de curto e longo prazos, bem como para a aquisição de debêntures simples emitidas por sua controladora com o objetivo de financiar investimentos em outra concessionária de rodovias (nota explicativa nº 5).

Valor justo dos instrumentos financeiros

a) Instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado:

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, uma vez que:

1. O caixa e os equivalentes de caixa estão substancialmente indexadas ao CDI.
2. As contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores possuem prazo médio de 30 dias.
3. As contas a receber de partes relacionadas possuem prazo superior a um ano e estão atreladas a operações futuras de empresas vinculadas ao seu grupo controlador, conforme apresentado na nota explicativa nº 5 e incorporam os juros a receber até a data do balanço.
4. Credor pela concessão refere-se ao compromisso assumido com o Poder Concedente, conforme mencionado na nota explicativa nº 11, e está atualizado monetariamente e ajustado a valor presente até a data do balanço.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor justo quando aplicável.

A seguir são apresentados os saldos de instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade conforme suas características:

	31/12/16	31/12/15
	Designados ao valor justo por meio do resultado	
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	41.015	46.821
	Empréstimos e recebíveis	
Contas a receber e partes relacionadas	39.653	30.749
Partes relacionadas - debêntures	675.767	755.695
	Passivos financeiros ao custo amortizado	
Passivos		
Fornecedores e prestadores de serviços e partes relacionadas	26.242	16.977
Debêntures - 2ª emissão – 1ª série	217.300	271.124
Empréstimos e financiamentos	46.511	-
Credor pela concessão	37.785	57.904
Outras contas a pagar	3.000	1.288

b) Instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo

As contratações de instrumentos financeiros derivativos na Sociedade têm o objetivo de proteção ao risco de variação da inflação de suas debêntures que possuem correção indexada ao IPCA, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8, e foram firmadas com várias contrapartes. Os derivativos avaliados com técnicas de avaliação com informações observáveis de mercado são principalmente "swaps" de taxa de juros.

A Sociedade utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação:

- Nível 1: são obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Nível 3: são os obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade mantinha os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo determinados de acordo com o Nível 2, pois considera outras variáveis na mensuração, e não apenas o preço dos produtos.

A Sociedade contratou "swap" para troca de taxa prefixada de 5,4% ao ano adicional à variação do IPCA, por variação do CDI mais 0,725% ao ano. Essa operação, assim como a dívida (objeto do "hedge"), está sendo avaliada de acordo com a contabilidade de "hedge" de valor justo.

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da Bolsa de Valores de Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para "swaps", divulgadas, também, pela BM&FBovespa.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Os contratos de "swap" são designados e efetivos como "hedge" de valor justo em relação à taxa de juros. Durante o período, o "hedge" foi 100% efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros, e, como consequência, o valor contábil das debêntures da 2ª série foi ajustado em R\$(10.418) e reconhecido no resultado no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado. A posição desses derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, é como segue:

Descrição	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (valor de referência)	Valor de referência (nacional)	Valor justo ("fair value") 31/12/16	Valor justo ("fair value") 31/12/15	Efeito acumulado valor a receber (pagar)
<u>Contratos ponta ativa</u>							
<u>Taxa pós</u>							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/13	15/04/20	IPCA + 5,4%	50.000	41.750	47.520	(5.770)
Banco Itaú S.A.	12/06/13	15/04/20	IPCA + 5,4%	260.000	217.099	247.103	(30.004)
Banco BTG Pactual S.A.	12/06/13	15/04/20	IPCA + 5,4%	64.741	54.059	61.530	(7.471)
Total				374.741	312.908	356.153	(43.245)
<u>Contrato ponta passiva</u>							
<u>Taxa pós</u>							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/13	15/04/20	CDI + 0,74%	50.000	33.902	42.389	(8.487)
Banco Itaú S.A.	12/06/13	15/04/20	CDI + 0,716%	260.000	176.203	220.296	(44.093)
Banco BTG Pactual S.A.	12/06/13	15/04/20	CDI + 0,747%	64.741	43.904	54.895	(10.991)
Total				374.741	254.009	317.580	(63.571)
Instrumentos financeiros, líquido							
							20.326
Instrumentos financeiros a realizar							
Ajuste de valor justo das debêntures (item protegido)							58.899
Pagamento de instrumento financeiro							(10.418)
Efeito no resultado do exercício – receita financeira							(7.649)
							2.259

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

A Sociedade não possui contratos de derivativos embutidos.

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado. Em 31 de dezembro de 2016, a Administração efetuou análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475/08, que requer que sejam apresentados dois cenários, e foram considerados aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras que poderão gerar impacto nos resultados e nos caixas futuros da Sociedade, conforme descrito a seguir:

- Cenário provável: manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de dezembro de 2016.
- Cenário II: aumento de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2016.
- Cenário III: aumento de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2016.

	Valor contábil	Cenário provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Variação do CDI (i)		11,56%	14,45%	18,06%
Variação do IPCA (i)		6,38%	7,98%	9,97%
Empréstimos indexador:				
Debêntures - CDI	217.300	30.574	36.996	43.417
Debêntures - IPCA	316.410	39.135	48.345	57.556
<u>Aplicações financeiras e debêntures ativas</u>				
Indexador:				
CDB e operações compromissadas - CDI	37.307	4.322	5.402	6.482
Debêntures ativas - CDI	675.767	97.040	121.300	145.560
Exposição líquida	(179.364)	(31.653)	(41.361)	(51.069)
Aumento nas despesas financeiras em relação ao cenário-base			(9.708)	(19.416)
"Swap" x debêntures: (ii)				
Derivativos - risco de queda do IPCA		3.002	7.545	15.222
Derivativos - risco de aumento do IPCA		(3.002)	(7.545)	(15.222)

(i) Fonte: Boletim de índices financeiros da BM&FBovespa projetado para 2017.

(ii) Considera o efeito da variação do CDI para os próximos 12 meses ou até a data de vencimento do contrato, o que for menor, sobre as debêntures (nota explicativa nº 8) emitidas originalmente em IPCA (2ª série), após o efeito do "swap", que efetivou a troca do indexador de IPCA para CDI.

c) Risco de crédito

Esse risco advém da possibilidade de a Sociedade não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Sociedade mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

A Sociedade apresenta valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., conforme descrito na nota explicativa nº 4, decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar").

Notas Explicativas

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito bancário para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As debêntures passivas, conforme mencionado na nota explicativa nº 8, foram emitidas tendo em vista o pagamento e alongamento dos empréstimos e financiamentos existentes, além do repasse de recursos à controladora, conforme mencionado na nota explicativa nº 5.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento dos ativos e passivos financeiros e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos e ativos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações e recebíveis e nos vencimentos contratuais. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida que os fluxos de juros são pós-fixados, as atualizações tiveram como base a taxa DI a data do balanço:

<u>Modalidade</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Juros estimados (i)</u>	<u>Até 90 dias</u>	<u>De 90 a 365 dias</u>	<u>De 2 a 3 anos</u>	<u>De 4 a 5 anos</u>	<u>Total</u>
Ativos:							
<u>Ativos circulantes e não circulantes</u>							
Contas a receber	29.460	-	27.656	-	1.804	-	29.460
Partes relacionadas	687.764	403.542	-	11.997	-	1.079.309	1.091.306
Instrumentos financeiros, líquido	58.899	22.658	-	4.921	18.350	58.286	81.557
Outras contas a receber	1.984	-	-	1.984	-	-	1.984
Total	778.107	426.200	27.656	18.902	20.154	1.137.595	1.204.307
Passivos:							
Debêntures – principal (ii)	516.636	100.524	-	182.600	147.417	287.143	617.160
Debêntures – juros	10.167	108.099	-	52.400	36.204	29.662	118.266
Empréstimos e financiamentos	46.511	2.684	-	49.195	-	-	49.195
Credor pela concessão	37.750	-	7.343	19.683	10.724	-	37.750
Fornecedores e partes relacionadas	26.242	-	14.063	12.179	-	-	26.242
Outras contas a pagar	3.000	-	-	3.000	-	-	3.000
Total	640.306	211.307	21.406	319.057	194.345	316.804	851.613

(i) Fluxos de caixa futuro relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 31 de dezembro de 2016 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos.

(ii) Amortização de principal e pagamento de juros calculados de acordo com as previsões da escritura da 2ª emissão das debêntures. A amortização de principal da 2ª série teve atualização monetária pelo IPCA, conforme escritura.

Notas Explicativas**22. SEGUROS CONTRATADOS**

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do mesmo ramo.

Em 31 de dezembro de 2016, as coberturas de seguro são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>	<u>Vencimento do contrato</u>
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Danos materiais à rodovia	14.100	Junho/2017
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Perda de receita (cobertura acessória)	35.000	Junho/2017
Seguro riscos responsabilidade civil	Danos materiais e corporais a terceiros	23.600	Junho/2017
Seguro-garantia	Funções de ampliação	26.591	Junho/2017
Seguro-garantia	Funções operacionais e de conservação	98.022	Junho/2017
Seguro-garantia	Pagamento do valor fixo	7.734	Junho/2017

23. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e os recursos são feitos.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias, e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 12 de janeiro de 2017, a Sociedade efetuou a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final em 12 de janeiro de 2019. O montante total da emissão foi de R\$110.000, sendo 11.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10, em série única, as quais serão remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 1,7% ao ano, cujos recursos serão destinados para reforçar o capital de giro da Sociedade. A 3ª emissão possui cláusulas restritivas semelhantes às cláusulas da 2ª emissão divulgadas na nota explicativa nº 8.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de janeiro de 2017, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$87.777, oriundos de sua rubrica "Reservas de lucros".

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2017 ficou definido que parte dos dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$4.503 será utilizada para a quitação do adiantamento efetuado devido à prestação de serviços compartilhados pela controladora e foram aprovados dividendos adicionais de R\$73.162 que serão compensados com o saldo a receber da controladora.

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo acionista da Sociedade e autorizadas para emissão em 29 de março de 2017.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Triângulo do Sol

Auto-Estradas S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras referente ao saldo a receber de partes relacionadas. Esse saldo a receber possui condições negociadas entre as partes e definidas contratualmente. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, o qual determina que a concessão tem por objeto a exploração da rodovia determinada no contrato com cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da Sociedade com base no tráfego das rodovias. O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, por meio das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação (TAG) fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no TAG e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e nosso entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e para avaliar os controles existentes acerca do reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio.

Transações com partes relacionadas

A Sociedade adquiriu debêntures de emissão de sua controladora ("AB Concessões S.A." ou "Grupo"). Esses saldos estão registrados no ativo não circulante e são remunerados de acordo com os termos previstos nas escrituras das debêntures adquiridas com garantias reais atreladas à operação. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria porque os recursos repassados à controladora foram utilizados para a expansão do sistema de concessão de trecho da rodovia a ser operado por outra empresa do Grupo, e o resgate dessas debêntures depende da geração de caixa da operação do trecho da rodovia expandido e de operações das demais empresas concessionárias de rodovias controladas pelo Grupo. Avaliamos se as garantias reais e a capacidade de operação das demais empresas concessionárias de rodovias controladas pelo Grupo são suficientes para o resgate dessas debêntures dentro do prazo previsto. As divulgações da Sociedade sobre os valores das transações com partes relacionadas constam na nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras, que evidencia os principais termos dos contratos.

Provisão para manutenção

A Sociedade, de acordo com os termos e as condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, deve fazer intervenções para recuperação e manutenção do sistema rodoviário em média a cada quatro anos e durante todo o período de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, e o reconhecimento da provisão necessária para essas manutenções é feito à medida que os veículos utilizam a rodovia. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria porque o cálculo dessa provisão envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do tráfego na rodovia. Avaliamos se os valores provisionados estavam adequados tendo em vista a utilização da rodovia e a razoabilidade dos custos estimados.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e com os registros contábeis conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida

significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe a incerteza significativa, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos e condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas de controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios de comunicação para o interesse público.

Campinas, 30 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Alex Andrade Vaz da Silva
Contador
CRC nº 1 BA 016479/O-1 "T" SP

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

De acordo com artigo 25 da instrução CVM nº480/09, a diretoria declara que revisou as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2016 da Triângulo do Sol S.A., e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da empresa e todos os demais aspectos relevantes correspondentes aos períodos apresentados.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

De acordo com artigo 25 da instrução CVM nº480/09, a diretoria declara que revisou este relatório do com a opinião dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2016 da Triângulo do Sol S.A., e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tal opinião e parecer sobre as Demonstrações financeiras refletem adequadamente todos os aspectos relevantes da Companhia.